

Racismo e Revolução Cubana: contribuições para um debate marxista

Aline Miglioli¹
Sillas de Castro Ferreira Coelho²

Resumo: Este artigo recupera o tratamento do racismo na Revolução Cubana e aponta para a ausência de debates no campo marxista que se detenham sobre os problemas raciais, os quais emergiram após a Revolução de 1959. Perpassamos alguns apontamentos, para a realização de uma reinterpretação histórica, a partir da teoria marxista.
Palavras-chave: Racismo. Revolução cubana. Marxismo.

Abstract: This article recovers the treatment of racism in the Cuban Revolution and points to the absence of debates in the Marxist field that dwell on the racial problems that emerged after the 1959 Revolution. It concludes with some indications for a Marxist historical reinterpretation.

Keywords: Racism. Cuban revolution. Marxism.

Contexto pré-revolucionário: passado colonial e fase republicana.

A presença de afrodescendentes no continente americano tem origem no traslado forçado de mais de 20 milhões de africanos de diferentes etnias, que foram utilizados como força de trabalho

¹ Formada em Ciências Econômicas pela UNICAMP (2013), mestra pela UNESP (2016) e doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP com a tese “O papel da moradia na transição ao socialismo em Cuba”. Estuda principalmente a produção da moradia, urbanismo e Cuba.

² Formado em Administração pela PUC-SP (2017) e mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Estuda principalmente a produção capitalista do espaço, periferia intraurbana e racismo.

escravizada em benefício da acumulação primitiva de capital nas potências coloniais europeias entre os séculos XVI e XIX. As plantações agrícolas na costa do Oceano Atlântico (Brasil, Estados Unidos, América Central e Caribe) foram os principais destinos dessa população (ARANDIA, 2016, p. 46; MELGAR BAO, 2007, p. 147). Durante esse período, o trabalho compulsório dos negros foi justificado por diferentes esforços ideológicos que, em geral, postulavam a inferioridade dos povos africanos. Para a igreja católica³, eram amaldiçoados e destinados à servidão. A partir do século XVIII, as teses de racismo científico novamente afirmaram a aptidão desses povos para a servidão, buscando comprovar tais hipóteses nos campos da biologia e antropologia (ARANDIA, 2016). Dessa maneira, o racismo antinegro foi originado no colonialismo, na medida em que esse sistema se reproduziu através do trabalho escravizado de negros e outros povos originários na busca por legitimar essa opressão através da ideologia do racismo (MOURA, 1994).

Em Cuba, o trabalho escravizado dos negros foi fundamental, pois baseou sua produção de açúcar durante os séculos XVIII e XIX. Para Tornero (2005, p. 31), é impossível compreender a história política e econômica desse país, sem levar em conta o binômio açúcar-escavidão. O empreendimento açucareiro foi conduzido, principalmente, por uma oligarquia crioula⁴, proprietária de terras e escravizados. Em 1794, a inauguração do Consulado Real de Agricultura e Comércio, marcou uma conquista importante para esse grupo, que desempenhou êxitos ao atuar politicamente na conquista e manutenção de privilégios rentistas e na defesa do modo de produção escravista. Em 1818, a elaboração política denominada “Cuba pequena”, que propunha diminuir a dependência do trabalho escravizado com fomento ao trabalho livre de imigrantes, foi rejeitada: a classe dirigente não poderia permitir a transformação de uma ordem social que lhe era extremamente

³ A história de Noé no livro de Gênesis (9:18-27) relata o episódio da maldição africana.

⁴ Filhos de espanhóis nascidos nas Américas, socialmente lidos como brancos.

favorável. Nesse período, mais de um terço da população insular era escravizada⁵ e o objetivo de preservar o escravismo foi a razão pela qual Cuba não se rebelou contra a metrópole, como o faziam outras colônias espanholas; bem como justificou a existência de grupos que buscavam a anexação da ilha aos Estados Unidos, que os defenderia do abolicionismo europeu (Ibidem, p. 44; BONILLA, 1976, p. 198).

De acordo com Bonilla (1976) e Navarro (1996), foi apenas a partir da segunda metade do século XIX, que o contexto cubano em relação ao escravismo, transformou-se. A pressão da Inglaterra pela proibição do tráfico se intensificou em 1835, com um novo acordo que permitia aos ingleses abordar navios negreiros espanhóis em alto mar. Em 1837, criou-se um tribunal misto em Havana para julgar os traficantes flagrados nessas patrulhas e libertar os negros que estivessem sob cativeiro dos traficantes condenados. Essa interferência internacional fez aumentar o preço dos escravizados em Cuba, tornando o rendimento do trabalho livre superior ao do escravizado. O fato de a mecanização da produção de açúcar requerer trabalho livre e a queda nos preços do açúcar diante da concorrência com a beterraba, também impuseram a necessidade de transformações no modo de produção cubano. Ademais, a crescente consciência de luta entre os negros livres e escravizados contribuía para que nesse período se consolidasse o auge do abolicionismo. Em 1844, descobriu-se a conspiração abolicionista, denominada de *Conspiración de La Escalera*, da qual participaram negros livres e escravizados, intelectuais e profissionais brancos de diversas classes sociais. Para reprimi-la, mais de 300 negros e mestiços foram mortos em tortura; 78 foram condenados à morte; mais de 600, condenados à prisão e mais de 400, expulsos da ilha.

A abolição da escravidão negra em Cuba foi declarada pela primeira vez em 1869, na assembleia de *Guáimaro*, na qual se reuniram delegados representantes do movimento revolucionário pela

⁵ De acordo com dados censitários de 1817 e 1846, os negros cativos representavam, respectivamente, 38 e 36% da população total; em números absolutos: 240 mil em 1817 e 323 mil em 1846 (Ramírez, 2003, p. 140).

independência, que esteve em guerra contra a Espanha por 10 anos. Em 1878, a metrópole derrotou os independentistas e a constituição de *Guáimaro* não chegou a vigorar. Entretanto, nesse marco de reafirmação do domínio espanhol, Madri assumiu um compromisso por abolição paulatina, que se completou apenas em 1886 (NAVARRO, 1996).

É importante mencionar que o racismo antinegro, juntamente do caudilhismo e do regionalismo, foi apontado como uma diferenciação interna no movimento revolucionário cubano, da qual a Espanha se beneficiou para triunfar em 1878 (Martí apud NAVARRO, 1996). É por essa razão que uma das preocupações organizativas da nova oportunidade revolucionária, que se realizou na guerra de 1895, foi o preconceito racial. Para José Martí, político cubano e um dos líderes dessa guerra, a busca pela independência cubana deveria se sobrepor ao preconceito racial, impedindo que esse tipo de tensão se constituísse como debilidade no movimento revolucionário. Sobre a obra de Martí, Camacho (2015) demonstrou que é necessário observar cuidadosamente seus argumentos em relação aos negros de Cuba, pois alguns de seus textos iniciais expressavam ideias reformadoras e etnocentristas, nas quais a inferioridade cultural do negro seria resolvida por processo de aculturação (CAMACHO, 2015, pp. 221-245). Entretanto, na medida em que se aproximou do final do século XIX, Martí, cada vez mais, negou particularismos referentes aos negros cubanos e criticou o racismo insistentemente, recorrendo ao argumento de igualdade e fraternidade racial. A influência de Martí engajou intelectuais negros e mestiços no movimento independentista de 1895 e contribuiu para que essas populações estivessem em peso nos campos de batalha: não representaram menos do que 60% dos combatentes (Ibidem, pp. 240-245; HEREDIA, 2017, p. 422). Foi possível considerar, inclusive, o movimento revolucionário de 1895 como uma escola de valores que fez retroceder o racismo e atribuiu aos negros uma identidade nacional, pois tornou a cidadania um direito de todos (HEREDIA, 2017, pp. 423-424).

Em 1898, a Espanha foi derrotada, sem que Cuba alcançasse soberania anticolonial, pois houve a intervenção dos Estados Unidos no conflito, que usurpou o protagonismo desse triunfo e resultou na ocupação militar e em um tipo de república tutelada pelos norte-americanos. Em 1901, aprovou-se uma constituinte republicano-democrática de caráter liberal e, logo em seguida, uma emenda constitucional proposta pelos EUA, a Emenda *Platt*, que foi o mecanismo legal da dependência de Cuba, pois permitia àquele país o direito de intervir neste quando julgasse necessário. Dessa maneira, apesar da conquista da independência, a república cubana se estabeleceu sob uma nova forma de dominação: o imperialismo norte-americano. Destacam-se nesse período a crescente participação de capital norte-americano, principalmente nos investimentos em setores dinâmicos, como o açucareiro; e a hegemonia cultural, que se impôs à sociedade cubana, fomentando um sentimento de inferioridade em relação aos imperialistas (NAVARRO, 1996). Entre 1902 e 1959, as questões raciais foram abordadas sistematicamente (TORRES, 2015, p. 13). Em 1908, fundou-se o *Partido Independiente de Color* (PIC), que foi um dos primeiros partidos políticos de pessoas negras, ou por filiação racial, na América. Nas filas do PIC, foram aceitos brancos e anarquistas espanhóis e a busca por igualdade social e racial, proposta no seu programa, baseavam-se em uma postura nacionalista. Ademais, possuía um posicionamento caracterizado como pró-trabalhista, pró-campesinato, a favor da educação universal e contrário ao expansionismo norte-americano e à emenda *Platt* (MORALES, 2018, p. 107). Apesar de possuir um programa considerado progressista para sua época, capaz de reunir, não somente as demandas dos negros, como também de uma massa de brancos pobres; o destino do movimento foi marcado por contradições e conflitos que, entre outras coisas, demonstraram o despreparo da sociedade cubana para lidar com o debate racial (*Ibidem*, p. 108).

A história do PIC se desenrolou em um período no qual a república de Cuba, não apenas estava sob o neocolonialismo

estadunidense, como também temia pela existência de conflitos que pudessem justificar uma nova ocupação norte-americana. Alguns fatores contribuíram para que parte da opinião pública considerasse o PIC racialmente separatista e prejudicial à união nacional: a histórica importância dos negros nas lutas sociais - como nas antigas rebeliões escravistas e na guerra de 1895 - e o “*medo ao negro*”, presente no imaginário cubano, em referência à Revolução do Haiti. Na imprensa, o partido era acusado de congrega negros, oriundos de Haiti e Jamaica e de utilizar a questão racial como pretexto para provocar a ocupação norte-americana.

Em 1910, foi aprovada a lei *Morúa*, sob a justificativa da defesa da união nacional e no contexto da prisão do fundador do *Independientes de Color*, acusado de ter violado a lei de imprensa. Na prática, a lei *Morúa* impedia a participação do PIC no jogo eleitoral. A partir de então, o combate a essa lei passou a ser o principal objetivo do partido, levando-o a contradizer seus posicionamentos iniciais, dado que no empenho dessa disputa, o partido chegou a recorrer à ajuda do presidente norte-americano e a elogiar a emenda *Platt* (*Ibidem*, p. 113). Se, por um lado, essas contradições se justificam por uma busca do partido dos negros por justiça, que apelou às instâncias de poder, tal como estavam estabelecidas na época; por outro, contribuíram para engrossar a narrativa de que constituíam um movimento antinacionalista. As negociações políticas chegaram a pedir, entre outras demandas, que o partido retirasse o termo “*Color*” de sua nomenclatura, mas não houve acordo e o desfecho foi um levante armado em 1912, duramente reprimido e do qual decorreram, não menos do que 3 mil mortos entre os *independientes*. A força do exército nacional contou com apoio logístico dos EUA e foi tão desproporcional em relação a que foi utilizada pelos rebeldes, que é possível qualificar uma situação de massacre. O episódio desencadeou perseguição e detenções arbitrárias a negros comuns, não vinculados ao partido.

Por fim, é válido comentar que, nesse período republicano, a questão racial também foi pautada pela esquerda de orientação

marxista, em Cuba e na América Latina. No congresso inaugural da Confederação Sindical Latino-americana, realizada em Montevideu em 1929, o delegado cubano Sandalio Junco⁶ apresentou trabalho intitulado *El Problema de la Raza Negra y el Movimiento Proletario*. Apropriado de uma análise historicizada, que considerava o papel dos negros no regime colonial escravista e valorizava a luta revolucionária do Haiti, Junco buscou vincular o problema do racismo à opressão capitalista. Tratou de demonstrar a relevância dos povos racializados na conformação de um proletariado continental e de denunciar setores da burocracia profissional e governamental em Cuba, que refreavam as reivindicações dos negros nesse país (MELGAR BAO, 2007, pp. 156-158). Os comunistas cubanos assumiram a discriminação racial em sua agenda desde cedo e contaram com índices elevados de participação negra. Inclusive, o secretário geral do Partido Socialista Popular, pouco antes da revolução de 1959, foi um homem negro, Blas Roca⁷ (TORRES, 2015, pp. 21-22).

Ambas as atuações mencionadas - a do PIC e a do delegado Sandalio Junco - não se referem à totalidade das expressões do debate racial em Cuba, no período que foi da abolição da escravidão à revolução de 1959. Entretanto, servem de exemplo para corroborar a afirmação de que esse debate foi amplamente promovido por cidadãos, organizações, líderes, intelectuais, brancos e negros em publicações, instituições e tribunas públicas (*Ibidem*, p. 20).

⁶ Dirigente trabalhista cubano e marxista (*Ibidem*).

⁷ O PSC originalmente representava o Partido Comunista de Cuba e foi criado em 1925 por um grupo revolucionário que incluía Blás Roca e Julio Antonio Mella. O PSC participou ativamente da Revolução de 1959, porém somente em 1961 aderiu às Organizações Integradas da Revolução, que representavam politicamente o governo revolucionário e que posteriormente foram agregadas ao Partido Comunista de Cuba (ECURED,2020).

As respostas ao racismo durante os primeiros 30 anos da experiência revolucionária.

A Revolução de 1959 não foi uma revolução socialista *a priori*. Pela conjunção de forças que a compunha e por sua proposta política, ela pode ser mais bem definida como uma revolução burguesa com adesão popular. A Revolução Cubana de 1959 representava a aliança de classes entre a pequena burguesia nacional e trabalhadores, representados pelo Movimento Revolucionário (BAMBIRRA, 1974). Ainda que unidas contra o imperialismo norte-americano e pela vocação nacionalista, as frações de classe encontraram conflitos em relação à profundidade das transformações que deveriam ser realizadas durante o primeiro ano do governo provisório (1959). A indisposição da burguesia em avançar com as pautas das reformas Agrária e Urbana a levaram a sair do Governo Provisório, que, a partir de então, configurou-se como um governo revolucionário. A declaração da intenção socialista da Revolução Cubana ocorreu somente em princípios de 1961, enquanto a aproximação com a União Soviética se deu no mesmo ano, a partir da ruptura dos acordos comerciais com os EUA e sua filiação definitiva ao bloco socialista se realizou somente em 1971 com a adesão de Cuba ao COMECON, bloco de comércio entre países socialistas. A primeira década do governo revolucionário é marcada por muitas experimentações e desenvolvimento teórico autônomo. É conhecido, por exemplo, o esforço intelectual realizado por Che Guevara em princípios da década de 1960, para debater com os trotskistas, acadêmicos marxistas internacionais e com a academia soviética e sua elaboração de uma abordagem teórica própria, formulada e influenciada pelo Grande Debate de 1960⁸ (PERICÁS, 2004).

⁸ O Grande Debate foi uma discussão aberta entre os dirigentes do Partido Comunista sobre a forma de organização e planejamento da economia cubana. Para mais informações, consultar Pericás (2004).

O Movimento Revolucionário 26 de Julho, MR26-7, não foi originalmente composto por membros do movimento negro e nos documentos que conformaram a agenda do movimento revolucionário não há alusões diretas à igualdade racial. Ela pode ser abstraída a partir da formulação do conceito de “povo” expresso por Fidel, “*donde no se excluye a ninguna de las clases, capas, grupos y sectores desposeídos*” (VEGA; JÍMENEZ, 2017). No dia 2 de março de 1959, em um discurso proferido após a crítica de Juan René Betancout⁹ de que o governo não havia feito ainda nenhuma declaração oficial sobre o tema, Fidel pede que a população elimine a discriminação racial e anuncia sua política de criar escolas e postos de trabalho, aos quais, os negros e negras tivessem acesso, o que ficou conhecido como “O Primeiro Chamado contra a Discriminação Racial em Cuba” (FERNÁNDEZ, 2017).

Diferentemente do que aconteceu com o movimento feminista, que foi incorporado ao Estado através da *Federación de las Mujeres*, com o objetivo de acabar com a discriminação de gênero, o movimento negro foi desarticulado, de forma que os estudiosos do racismo em Cuba consideram o período que vai de 1960 até 1990 como um período de silenciamento sobre a questão racial na academia e nos veículos oficiais do Partido Comunista. Este silenciamento é, muitas vezes, atribuído à fala de Fidel Castro na Segunda Declaração de Havana em 1962, em que ele afirma que a discriminação por raça e sexo havia sido eliminada em Cuba, colocando assim, um ponto final no debate (CASTRO, 1962). A partir de então e até 1990, é difícil encontrar qualquer produção bibliográfica ou debate sobre o racismo em Cuba. Os grandes nomes do movimento negro emigraram de Cuba e passaram a vincular suas críticas a partir do exterior. Carlos Moore, por exemplo, criticou insistentemente a ausência de uma política mais efetiva e dinâmica para combater o racismo e o preconceito. Seu

⁹ Juan René Betancout era um dos grandes nomes do movimento negro cubano antes da Revolução de 1959. Ele apoiou a Revolução, no entanto, tão logo ela triunfou, ele passou a fazer ativamente a crítica ao tratamento revolucionário às pautas raciais, expondo-se abertamente contra o Partido Comunista (FERNÁNDEZ, 2017).

livro, no entanto, foi negativamente recebido pela academia cubana (FERNÁNDEZ ROBAINA, 2014).

Este silenciamento é atribuído pela bibliografia especializada à crença dos dirigentes do PCC de que as políticas universais tratariam de eliminar o racismo (PRIETO; RUIZ, 2006; TORRES, 2015). As pautas e demandas do movimento negro pré-revolucionário identificavam a estrutura de distribuição de terras, os aluguéis exorbitantes, a falta de empregos, o imperialismo norte-americano e o racismo institucionalizado como as causas do racismo em Cuba. O governo revolucionário compreendia que, eliminando estes problemas, havia extinguido as bases de reprodução do racismo e, portanto, o próprio racismo. Uma publicação que resume essa retórica é a publicação de Pedro Serviat (1986), chamada *“El problema negro en Cuba y su solución definitiva”* (OLIVEIRA SOUZA, 2015), o qual coloca o socialismo como solução final à questão racial¹⁰.

As políticas sociais universais, implementadas durante este período, promoveram inquestionavelmente a melhora de vida da população negra em Cuba, no entanto, em alguns casos, elas tiveram efeitos adversos na manutenção do racismo. Cita-se, como exemplo, a Reforma Urbana, que distribuiu as moradias aos seus inquilinos em regime de propriedade privada, sob condições facilitadas de compra (TREFFTZ, 2011). O resultado foi positivo, pois aliviou a pressão do pagamento de aluguel, estancou a especulação e eliminou as favelas e habitações insalubres. No entanto, ao proibir a compra e venda de moradias e fixar os moradores na localidade em que ocupavam antes da revolução, promoveu a sedimentação das diferenças habitacionais entre a população branca e negra, pois manteve o estigma dos bairros mais pobres, ocupados pela população negra, e a valia dos bairros burgueses, majoritariamente brancos.

¹⁰ É preciso pontuar que o livro se insere no debate sobre a necessidade de a luta antirracista ser também uma luta anticapitalista, no entanto, ele foi interpretado de maneira determinística como uma declaração de que o socialismo seria a solução definitiva ao racismo.

O debate sobre a identidade da população negra também não se desenvolveu durante essas primeiras décadas. O combate ao imperialismo significava a fundação da Nação cubana, para a qual era imprescindível o sentimento de que todos os cubanos pertencessem ao mesmo povo. Dessa forma, os trabalhos científicos e o discurso oficial passaram a ressaltar as origens semelhantes entre os trabalhadores do povo cubano, traçando assim, uma história da cultura cubana, compartilhada e construída, através da interação entre brancos e negros. Na prática, este discurso era considerado necessário para manutenção e fortalecimento da revolução, no sentido em que evitava a divisão e oposição entre os cubanos. Seu efeito foi de minimizar e, inclusive, ignorar as diferenças entre a tradição cultural europeia e os diversos povos africanos, que constituíram a população escravizada cubana e que, portanto, possuíam diversas matrizes religiosas e culturais. Cita-se, como exemplo, o tratamento às religiões de matriz africana durante este período, as quais, apesar de haverem sido permitidas, continuavam a ser consideradas como tradições “incultas”, propensas a desaparecer naturalmente com a educação generalizada da população (OLIVEIRA SOUZA, 2015).

Na contramão do discurso oficial, no entanto, houve duas aplicações de políticas “identitárias” durante este primeiro período revolucionário. O primeiro, ao reconhecer a importância das políticas sociais exclusivas à mulher negra e, em seguida, ao implementar uma política de representatividade de dirigentes negros no Partido Comunista em 1980, ao perceber-se que o partido era composto majoritariamente por homens brancos (OLIVEIRA SOUZA, 2015).

Apesar da proibição de organização autônoma do movimento negro em Cuba durante este período, a atitude do governo revolucionário foi sempre de apoio ao movimento negro e às lutas anticoloniais no restante do mundo. Recordar-se, por exemplo, a aproximação de Fidel Castro ao movimento das Panteras Negras nos Estados Unidos (OLIVEIRA SOUZA, 2015) e o apoio e solidariedade aos movimentos de resistência e revolucionários dos povos africanos,

para os quais o Exército Revolucionário 26 de Julho enviou reforços cubanos. O apoio cubano às revoluções africanas deu-se, também, na forma de intercâmbios comerciais, envio de ajuda humanitária e intercâmbios profissionais e estudantis com diversos países desse continente (ABREU MORALES, 2012).

É contraditória a relação entre a direção revolucionária e a população negra e sua compreensão do racismo. O resultado prático dessa contradição foi a melhoria das condições materiais da população negra na ilha, sem, no entanto, erradicar as formas de depreciação e racismo, os quais perpetuavam-se no seio da vida privada e reproduziam-se nos ambientes de trabalho e escola através de piadas, gozações e preconceitos.

A bibliografia atual atribui as causas do silenciamento oficial à interpretação de que o movimento negro poderia dividir a classe trabalhadora, à crença de que as políticas universais eram políticas raciais, à dominação teórica do marxismo europeu dogmático e à utilização desta temática para atacar o regime de outros países. Com relação aos motivos que levariam os negros e negras a se silenciarem frente à perpetuação do racismo na vida privada, é possível apontar o medo e tabu que este assunto representava na época, por ser identificado como pauta da dissidência (TORRES, 2015).

Em 1980, após a realização do primeiro censo que inclui questões raciais, este cenário começa a modificar-se. O resultado do censo demonstrou que a condição de moradia e de vida da população era muito diferente entre si, em prejuízo da população negra, evidenciando que as políticas implementadas não haviam atingido o igualitarismo almejado. Com ele, inicia-se um longo processo de revisão e retificação, que vai culminar no Terceiro Congresso do PCC em 1986. Nele, elabora-se um plano para correção das assimetrias geradas pela implementação acrítica de práticas e políticas importadas e reformas econômicas de influência soviética na década anterior. Nas discussões entre os delegados do PCC no Congresso, fica latente a necessidade de avançar para problemas não resolvidos pela Revolução, dentre os

quais o racismo, como destaca Fidel em seu discurso de fechamento do evento. Ao mesmo tempo, nos anos 1980, ressurgiu a temática da cultura negra e da formação da cultura cubana, a partir de uma revisão crítica da tese de formação cultural única. Os elementos próprios da cultura e identidade negra são retomados, com o objetivo de reconstruir e recuperar a tradição e formação da cultura negra.

Retomada do debate a partir da crise dos anos 90

Após o longo silêncio discutido na seção anterior, o debate racial voltou a ter visibilidade em Cuba, a partir da crise dos anos 1990, porque as transformações socioeconômicas que se desencadearam, a partir desse marco, acentuaram as desigualdades entre negros e brancos (TORRES, 2015; VEGA, 2017).

O crescimento da economia cubana já se desacelerava, desde a metade dos anos 80; contudo, a crise da dívida externa, que também afetou as economias socialistas, o fim da URSS e a intensificação do bloqueio norte-americano imposto à Cuba, determinaram a aceleração da crise no quadriênio 1989-1993, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 - Indicadores da Economia Cubana entre 1989 - 1993.

Retração do PIB	35%
Retração do consumo	25%
Retração estimada do mercado externo cubano	85%
Retração estimada das exportações	79%
Retração estimada das importações	77%
Retração na produção do açúcar	44%
Retração na exportações de açúcar	35%

(Fonte: CARCANHOLO; NAKATANI, 2002; GALBRAITH; MUNEVAR; SPAGNOLO, 2008).

Para recuperar o nível de produção interno e a capacidade de importação, as medidas adotadas se caracterizaram por promover maior participação do mercado nas operações econômicas internas e aprofundamento no grau de abertura externa da economia. Abriu-se ao investimento direto estrangeiro, autorizando remessas e divisas provenientes do exterior; permitiu-se a posse e livre utilização de divisas conversíveis e criou-se uma moeda, o peso conversível (CARCANHOLO; NAKATANI, 2002, pp. 150-152).

O efeito das medidas, adotadas na recuperação, foi o de contribuir para uma dualidade na economia, que redundou em aprofundamento da estratificação social. O duplo sistema monetário favoreceu a diferenciação de renda, dado que a maior parte da população utilizava o peso cubano não conversível e estava excluída do acesso ao mercado de divisas, ao passo que setores emergentes, como o turismo, desfrutavam de maior capacidade para manusear e reter dólares (*Ibidem*, pp. 153-157).

Considerando que a crise e o Período Especial contribuíram para a presença de novos elementos estruturais que permitiram maior heterogeneização da estratificação social em Cuba, amparada, inclusive, por diferenciação de renda; aponta-se a natureza racial dessa heterogeneização. A partir desse período, o debate sobre o racismo se recolocou de forma expressiva, dada a observação de que os negros eram maioria nos espaços negativamente demarcados da sociedade cubana: situação de encarceramento, bairros marginalizados, trabalhos com piores remunerações etc. Não obstante, eram a menor parte em postos de direção, instituições públicas e nos setores emergentes da economia, como as empresas privadas e o turismo. Na verdade, é possível considerar a existência de um processo de racialização de setores econômicos, que acelerou a reestratificação social e a estruturação racial na sociedade em questão (TORRES, 2015, p. 36; VEGA, 2019).

Para Vega (2019), sempre existiu uma população sobre a qual recaíram as desigualdades estruturais. Porém, a autora considera

que foi apenas a partir dos anos 1990 que o racismo reapareceu como tendência a se reproduzir e não apenas como herança do passado. Dessa maneira, o novo debate tem privilegiado o conceito de neorracismo, que em Torres (2012, pp. 270-271 *apud* VEGA, 2019) é definido como um fenômeno que integra gestos, xingamentos e críticas depreciativas da condição racial negra, sendo que essas condutas exercem o preconceito racial e são capazes de se reproduzirem em espaços públicos e institucionais. Entretanto, há consenso entre os especialistas que utilizam esse termo de que o racismo em Cuba não é um problema institucional desde 1959, porque a revolução teria tornado todos iguais perante as instituições (*Ibidem*, p. 6). Dessa maneira, as propostas de enfrentamento ao racismo, que se articulam através desse conceito, privilegiam o enfoque da educação e cultura.

Considerações para uma abordagem marxista sobre a história do racismo em Cuba

Neste trabalho, recuperamos a história do racismo em Cuba. Não há, ao que se sabe, nenhum estudo que busque interpretar esse período a partir do marxismo e contribuir para o debate marxista sobre o racismo através da experiência cubana. O objetivo deste trabalho não é preencher esta lacuna, no entanto, acreditamos que, para compreender a permanência do racismo no contexto revolucionário, retomamos a noção de base e superestrutura em Marx. Este, em seu prefácio à *Crítica da Economia Política* de 1859, quando argumenta que o ser social que determina a sua consciência, afirma:

O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens

que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 1999).

A separação alegórica entre base e superestrutura, a qual possui fins didáticos, acabou conduzindo a um debate sobre o significado do termo condicionar (ou determinar, em outras traduções do alemão) enquanto força externa ou enquanto ação social de limitar e formatar (WILLIAMS, 2005). É possível suspeitar que a interpretação de uma relação automática de determinação da superestrutura a partir da base, presente no marxismo no final dos anos 1950, tenha levado o PCC a confiar que a transformação radical das relações de produção em Cuba fosse o suficiente para alterar a superestrutura e a consciência dos homens. No entanto, recuperando de outro trecho deste mesmo texto, Marx afirma:

Não se pode julgar uma tal época de revolução pela consciência que ela tem de si própria, é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 1999).

Este trecho nos permite refletir sobre o significado da década de 1990, quando as contradições da vida material se acentuaram devido ao período especial. Nesse momento, é possível afirmar que se recobrou a consciência sobre o racismo, mais evidente em suas manifestações materiais e instigando mudanças ainda mais profundas em direção à superestrutura.

O debate se aproxima também da teoria da cultura marxista, com o qual podemos avançar, indagando-nos sobre o processo de construção de uma cultura emancipadora, em oposição à cultura burguesa dominante, em Cuba. Nessa chave, é preciso ainda compreender como o racismo permaneceu na cultura e subjetividade durante a revolução e qual o significado de sua permanência. Pode-se

creditar ao racismo o status de “resquício” cultural e prático do modo de produção que se busca superar, ou é possível atribuí-lo, ainda, a algum poder de dominação? Estas perguntas contêm em si uma nova agenda de pesquisa.

Neste trabalho, traçamos a história do racismo e seu enfrentamento pela Revolução Cubana, para salientar a ausência de interpretações marxistas sobre este processo. Sugerimos alguns caminhos que poderiam ser percorridos, para que uma reinterpretação fosse realizada a partir da compreensão histórica e dialética entre as mudanças na base e na superestrutura da sociedade cubana. Apontamos, portanto, para o poder explicativo que uma reapropriação da teoria cultural marxista possui neste contexto. Ao fim desta análise, abre-se, portanto, uma nova e urgente agenda de pesquisa, a qual julgamos essencial para o constante processo revolucionário cubano.

Referências bibliográficas

ABREU MORALES, R. *La cuestión del negro como dimensión identitaria: Cuba 1990-2011*. FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES SEDE ACADÉMICA DE MÉXICO, 2012.

ARANDIA, G. C. *Estudio teórico crítico del racismo*. Un modelo de análisis epistemológico y político para el contexto cubano. Havana: 2016.

BAMBIRRA, V. *La revolución cubana: una reinterpretación*. Santiago do Chile: Prensa Latino-Americana, 1974.

BONILLA, R. *Azúcar y abolición*. Barcelona: Crítica, 1976.

CAMACHO, J. *Miedo negro, poder blanco en la Cuba colonial*. Madri: Iberoamericana, 2015.

CARCANHOLO, M; NAKATANI, P. Crise e reformas de mercado: a experiência de Cuba nos anos 90. *Problemas del Desarrollo*, vol. 33, n. 128, jan-mar, 2002.

- CASTRO, F. *Segunda Declaración de Havana*. Unión de Juventudes Comunistas de España, 1962.
- ECURED, 2020. https://www.ecured.cu/Partido_Socialista_Popular. Acessado em: 22 fev. 2020.
- FERNÁNDEZ ROBAINA, T. La batalla contra el racismo en la Cuba de hoy. *América sin nombre*, v. 19, n. 19, p. 121, 2014.
- FERNÁNDEZ, T. R. *El Negro en Cuba*. Colonia, República, Revolución. [s.l: s.n.].
- GALBRAITH, J; MUNEVAR, D; SPAGNOLO, L. Inequidad salarial en Cuba durante el período especial. *América Latina Hoy*, vol. 48, 2008.
- HEREDIA, F. M. *De negros de cuba a cubanos negros*. Texto apresentado no Instituto Cubano de Investigaçã Cultural Juan Marinello. Havana, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvn96gc8.29>
- MARX, K. Prefácio à Crítica da Economia Política de 1859. In: *Para a Crítica da Economia Política; Do capital; O Rendimento e suas Fontes*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MELGAR BAO, R. Rearmando la memoria: el primer debate socialista acerca de nuestros afroamericanos. *Humania del Sur*, año 2, nº 2. jan-jun, 2007.
- MORALES, E. Partido independiente de color: en la trampa de la fraternidad racial. In: SEPTIEN, R. et al. *Afrodescendencias: voces en resistencia*. CLACSO, 2018.
- MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. *Revista Princípios*, n. 34, ago-out, 1994.
- NAVARRO, J. *Historia de Cuba: el desafío del yugo y la estrella*. La Habana: Editorial SI-MAR, 1996.

- OLIVEIRA SOUZA, B. *A ambígua condição negra em Cuba: Relações Raciais e Mobilizações Coletivas Antirracistas*. [s.l.] Universidade de Brasília, 2015.
- PERICÁS, L. B. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.
- PRIETO, R.; RUIZ, P. Raza y desigualdad en la Cuba actual. *Temas*, v. 45, n. 45, p. 44–54, 2006.
- RAMÍREZ, I. S. Composición y crecimiento de la población en los primeros 68 años del siglo XIX. In: *Caravelle*, n°81, 2003.
- TORNERO, P. Azúcar, esclavitud y racismo: oligarquía criolla y colonialismo en Cuba. In: *Caravelle*, n°85, 2005.
- TREFFTZ, E. 50 años de la ley de Reforma urbana en Cuba: el aniversario del cambio de paradigma. *Revista Invi*, v. 26, n. 72, p. 19–62, 2011.
- VASCONCELOS, J. S. *História Agrária da Revolução Cubana: dilemas do socialismo na periferia*. São Paulo: Alameda, 2016.
- VEGA, M. P. J.; JÍMENEZ, T. A. Reflexiones sobre las manifestaciones de racismo en Cuba desde 1959. *Universidad & Ciencia*, v. 6, p. 259–270, 2017.
- VEGA, L. Políticas para la equidad racial. Retos en el contexto cubano actual. *Estudios del Desarrollo Social*, vol. 7, n. 2, maio-ago, 2019.
- WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, v. 0, n. 66, p. 209, 2005.
- ZURBANO TORRES, R. Racismo vs. socialismo en Cuba: un conflicto fuera de lugar (apuntes sobre/contra el colonialismo interno). *Meridional. Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos*, n. 4, p. 11-40, 2015.